

O ENIGMA DO PRESENTE E A PAIXÃO DA ABERTURA. LEITURA DO ENSAIO *A SEDUÇÃO DO REAL*, DE JOSÉ AUGUSTO MOURÃO *

MOISÉS DE LEMOS MARTINS **

Pode dizer-se que J. A. Mourão é um textualista que no seu percurso intelectual resiste à palavra «experiência». Temos, aliás, isso em comum, uma desconfiança a respeito da imediatidade, da efusão, do delíquio emocional, do intuiçãoismo.

J. A. Mourão deu sempre o seu favor à mediação da linguagem e da escrita, e é para esse plano que todas as suas filiações convergem. Os seus primeiros objectos de estudo semiótico foram as anáforas da liturgia católica. Depois passou a fazer a análise de textos bíblicos, designadamente textos do Novo Testamento. No ensaio que agora nos apresenta aparecem alguns pequenos fragmentos que têm ainda a ver com esta escolha. Refiro-me aos capítulos «Os limites da interpretabilidade», na secção «A letra e o espírito» (pp. 52-53), e «Ética da literatura», na secção «O conflito das interpretações» (pp. 77-78).

Foram, depois, trabalhos de grande fôlego teórico e analítico aqueles que J. A. Mourão realizou sobre textos místicos da tradição cristã, como por exemplo *A visão de Túndalo. Da fornalha de ferro à cidade de Deus* (1988) e *Sujeito, paixão e discurso* (1996), neste caso ocupando-se dos *Trabalhos de Jesus*, de Frei Tomé de Jesus. No livro que agora nos apresenta, regressa com a «Visão de Túndalo» e insiste nos *Trabalhos de Jesus*.

* José Augusto Mourão, *A sedução do real — literatura e semiótica*, 1998, Lisboa, Vega, 305 pp.

** Professor do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho.
E-mail: moisesm@ics.uminho.pt

Acontece, no entanto, que J. A. Mourão também é poeta. É o poeta de *Vazio Verde* (1985) e de *Dizer Deus — Ao (des)abrigo do nome* (1991). É pois com naturalidade que também a poesia, aliás, a literatura em geral, se tornou objecto da sua prática semiótica. Em *A Sedução do Real* esta escolha aparece abundantemente: Torga, Celan e Duras, Beckett, Saramago, Vergílio Ferreira, Maria Gabriela Llansol, Herberto Helder, Bernardim Ribeiro, Bernardino de Santa Rosa.

J. A. Mourão começou a trabalhar em semiótica analisando textos que o faziam membro de uma comunidade e de uma tradição cristãs. E é por se sentir membro de uma comunidade e de uma tradição cristãs, que ainda hoje, penso eu, pratica a semiótica analisando textos literários de Saramago a Duras, de Vergílio Ferreira a Celan e a Torga, ou então textos filosóficos, como os de Tomás de Aquino.

Mas a sua inclinação pela textualidade, que se verifica também quando se debruça sobre as formas arquitectónicas, por exemplo, é hoje cada vez mais observável na aproximação que faz ao fenómeno da comunicação. Em *A sedução do real* a sua mestria espraia-se pela análise do rap, dos *reality shows* e do tabaco.

Em J. A. Mourão há então este primeiro aspecto que singulariza a sua obra: trata-se de um textualista que desconfia e resiste à palavra «experiência». A sua intempestividade, se é que assim me posso exprimir, é sempre mediada pelo texto e pela escrita. No entanto, sendo um textualista, J. A. Mourão não se identifica com a tese da hermenêutica, que talvez maior entusiasmo suscite nos dias de hoje, e que podemos formular nos seguintes termos, de efeito retórico: não há experiência da verdade que não seja acto interpretativo, isto é, não há experiência da verdade que não seja acto de leitura (p. 73).

J. A. Mourão é um moderno, pelo que o «pensamento mole» da renúncia a toda a razão fundacional só o pode irritar. *A sedução do real* afina por este diapasão: é um texto moderno, o que quer dizer, crítico, de racionalidade forte. Não há aí lugar para o indiferentismo realativista, para «a ideia de que só há interpretações» (p. 156). Os charlatães do inefável, designação utilizada para nomear os pragmatistas, «abrem a porta de serviço do delírio e dizem: todas as perspectivas são equivalentes!» (p. 85). Mas num mundo em que tudo se equivalesse, nada teria sentido, tudo seria insignificante.

A proposta de *A sedução do real* vem pois a ser uma proposta crítica. E uma vez que a crítica não é neutra do ponto de vista axiológico, os discursos só podem hierarquizar-se (p. 28). Esta conclusão está estritamente associada ao entendimento dialógico da crítica, próprio de Bakhtin. Neste entendimento, a experiência do texto, tanto inclui a experiência do limite da comunicação, como inclui também tudo o que nos religa, tudo o que é abertura a uma alteridade (p. 29). Pois bem, diante do assalto da

pós-modernidade, com a desconstrução de Derrida, que radicaliza a «Destruição» de Heidegger e nos instala num paganismo sofista, e com a pragmática de Rorty, que radicaliza o perspectivismo de Nietzsche, levando-nos a pensar sem origem e sem fim, sem Gênesis e sem Apocalipse, *A sedução do real* é, pela crítica dialógica, uma recusa do abandono dos critérios de juízo último (p. 67).

À indiferença relativista J. A. Mourão opõe então a crítica dialógica. Mas é com este mesmo procedimento que combate o historicismo, essa surdez dogmática que se atola no dever ser de um discurso estabelecido a partir de um ponto de vista ideológico e moral (p. 22). Como bem assinala, aí o texto nada tem a dizer-me; só tem que entrar na minha teoria (p. 24).

Sem sombra de dúvida, J. A. Mourão é um moderno. Sabemos, aliás, a que ponto é um cultor do método. Tendo-o sempre justificado no passado, continua no mesmo trilho: «O reducionismo da ‘coisa literária’, diz, é defensável, pelo menos do ponto de vista metodológico» (p. 14). E irrita-se com «a versão terrorista em relação a qualquer espécie de método» (p. 14). Noutro passo, também, depois de assinalar que não é um juiz do gosto e que não costuma pronunciar-se em termos estéticos sobre um dado texto ou obra, diz o seguinte: «Prefiro [...] o lugar semiótico que analisa textos, explicando o funcionamento interno da combinatória de signos de que são feitos, os sistemas gerais a partir de que se concretizam, as articulações dos vários planos de estruturação e de geração de sentido. Esta opção metodológica implica que se renuncie à busca indefinida de hipotéticas determinações extra-linguísticas e se adopte uma óptica generativa e não genética de produção e de funcionamento de textos. Servir-me-ei, pois, do saber-fazer semiótico para indicar o lugar onde o comentário crítico perca a inocência que proclama, simulando-lhe os processos, o fazer» (pp. 93-94).

Aqui está a defesa do método, feita com a maior energia e intrepidez. Penso, no entanto, que o método é uma difícil ascese, a que se dedicam apenas os mais audazes e os mais resistentes. Não contestando a J. A. Mourão as qualidades de analista resistente e de hermenauta audaz, confesso todavia a minha estranheza pelo facto de o poeta de *Vazio Verde* e de *Dizer Deus* — ao (*des*)abrigo do nome ser também o autor de escritos ásperos e rugosos, talhados pelo bisturi da Escola de Paris, talhados, para retomar as suas palavras, pelo «saber-fazer semiótico», entendido numa óptica generativa de produção e funcionamento dos textos. Sempre constituiu para mim uma surpresa o facto de o renovador dos pesados rituais da liturgia católica, desde meados da década de oitenta, pela música coral polifónica e pela criação poética, poder colocar-se no trilho das categorias da semiótica narrativa e modal de Greimas.

Foi a resistência do real que o seduziu e o tornou um asceta do método, do conhecimento controlado. Por essa razão se decidiu a investir numa perspectiva imanentista do sentido. J. A. Greimas e a Escola de Paris,

primeiro, P. A. Brandt e C. J. Petitot, depois, tornaram-se, entre outros, seus permanentes companheiros de viagem. O que dá a alguns dos seus textos o aspecto de verdadeiras fortalezas inexpugnáveis, de tal maneira neles é densa a teia das estruturas lógico-semióticas e das formas sémio-físicas.

Diga-se, no entanto, em abono da verdade, que felizmente *A sedução do real* não é uma boa ilustração deste procedimento. Se o real sempre seduziu J. A. Mourão, prescrevendo-lhe o método, também o seduziu pelo seu resto, por aquilo que não se deixava controlar. Também, desde sempre, J. A. Mourão foi um explorador de sinais que nos indicassem as leis que nos transcendem. Estou mesmo em crer que Greimas e a Escola de Paris foram para si um acaso, embora um acaso convertido depois numa escolha continuamente renovada.

Ao ler *A sedução do real* fico com a impressão, é verdade, que há em J. A. Mourão uma confiança num fundo de interpretação mais resistente, mais profundo, e que vem de mais longe que a própria crítica. A crítica é sempre articulada a partir de metodologias, de técnicas e de horizontes teóricos domináveis. Parece-me, no entanto, que é a confiança nessa doação de sentido que constitui o J. A. Mourão como sujeito receptor e como sujeito crítico. E é talvez por esta razão, por acolher um fundo de interpretação mais resistente que a própria crítica, que J. A. Mourão prefere rever-se na figura do *explorador*, e não na do *missionário*. A figura do explorador evoca uma essência (palavra que não evita!) e propõe uma abertura (p. 14). Aliás, é também uma abertura que é figurada pela expressão de «infra-estruturas quase transcendentais que nos asseguram que de cada vez [que lemos um texto literário] algo de indecível se tocou, deixando ao leitor a liberdade de escolha» (p. 15). E é ainda essa abertura que me parece insinuada, quando J. A. Mourão refere: «o tom, quer da escrita, quer da leitura, obedece ao regime de uma apocalítica sem outra escatologia que o tom do 'vem', para além do bem e do mal» (p. 15). Na página 69 fala, no mesmo sentido, de «errância, indeterminado, indecível e figural».

Em J. A. Mourão o algoritmo casou-se sempre bem com a metáfora, o discurso vigiado com o seu resto (p. 13). Com efeito, nele, o analista não foi nunca o burocrata, nem o parasita da escrita. O analista foi sempre um explorador de novas conjecturas interpretativas, foi sempre um criador. Não me refiro especificamente ao ensaio *A sedução do real*, embora em nenhum outro dos seus ensaios a força da metáfora se sobreponha tanto ao algoritmo. Como, por exemplo, quando escreve: «Que texto fala sem o incêndio do leitor? [...] é o texto traço, esquecido na memória do tempo, exangue vaso que não soa?» (p. 36). O real surge aqui não em reflexo, mas em desafio, como uma espécie de atrator estranho, para retomar as palavras de Baudrillard, numa passagem que é também glosada pelo J. A. Mourão.

Sempre pensei que a este corredor incansável, que incessantemente alimentou com novas conjecturas a fonte de onde corria, chegaria o tempo de ser reconhecida a importância das suas obras, nascidas desse ponto incerto onde se intersectam a semiótica, a hermenêutica e a teoria da literatura. Acredito que esse momento chegou com a publicação de *A sedução do real*. Em meu entender, não se perde nada em estes textos terem deixado de ser as análises perfeitamente canónicas, que J. A. Mourão teria gostado quer fossem (p. 14). Não se perde nada em *A sedução do real* consistir em «algumas traições» relativamente a esse «lugar semiótico que analisa textos» (p. 94). Penso mesmo que lá onde *A sedução do real* mantém o carácter de uma análise ainda canónica, menos interessará o leitor. Disso são exemplos as análises semióticas do conto «Fronteira» de Miguel Torga (pp. 197-214) e de «A paixão do tabaco» (pp. 291-301).

Fiel à natureza da linguagem, o que quer dizer, fiel ao seu carácter dialógico, J. A. Mourão mostra-nos em *A sedução do real* que aquilo que se exprime na linguagem não é simplesmente a fixação de um querer dizer. Aquilo que se exprime na linguagem é também «uma tentativa em constante transformação, ou melhor, uma tentação sempre repetida de se comprometer em algo, através do diálogo. O que significa que nos expomos» (p. 25). Pela escrita expomo-nos, com efeito. Em *A sedução do real* aprendemos que a palavra, em vez de validar os nossos preconceitos, põe-nos em jogo, isto é, «submete-os à nossa dúvida e à réplica do outro» (p. 26). É este, aliás, todo o sentido da crítica dialógica.

Surpreende assim que aquele que julgávamos ser o missionário da exegese greimasiana, que é um mundo de contornos estreitos e ásperos, seja antes um explorador de mundos, um explorador de novos modos de existência e de novas formas de vida. Em J. A. Mourão cumpre-se, exactamente, aquilo que diz dos grandes escritores: «O estilo de um grande escritor é sempre também um estilo de vida, não como algo de pessoal, mas como invenção de uma possibilidade de vida, de um modo de existência. O artista sabe que quando termina uma obra, só então começa verdadeiramente a vida desta. Só quando reencontrada, interrogada, 'ingerida' por outrem, ele provocará naquele que a lê essa mudança interior que virá misteriosamente enriquecê-lo» (pp. 66-67).

Isto diz J. A. Mourão dos grandes escritores, mas são as exactas palavras que eu encontrei para falar do ensaio *A sedução do real* : a proposta de um estilo de vida, a invenção de um modo de existência. J. A. Mourão é um homem de crítica e de convicção e *A sedução do real* é o livro de um moderno, com uma exigência ética. Diante do conflito das interpretações em que resulta a guerra dos paradigmas, a exigência ética impõe-se como a «necessidade de uma arbitragem» (p. 67).

A proposta de J. A. Mourão é assim uma «ética de leitura», uma ética que recusa o «momento sofista» e «pagão», pelo qual Lyotard é de alguma

forma o responsável, ou seja, uma ética que não se conforma com o «abandono de qualquer prescrição ou de critérios de juízo último» (p. 67).

Crítica e ética. São essas duas dimensões que dão o sentido do movimento que J. A. Mourão imprime à leitura, seja quando analisa textos de Frei Tomé de Jesus, Saramago, Torga, Celan ou Duras, seja quando faz trabalho de pretensão teórica, como acontece com os quatro primeiros capítulos de *A sedução do real*, a saber, «A literatura como facto de valor», «Os limites da interpretabilidade», «Ética da leitura» e «Da inocência (perdida) do comentário».

É esta racionalidade forte, a racionalidade de um moderno com exigência ética, que faz explodir J. A. Mourão diante da tibieza: «Como pode um pensamento mole, que renunciou à razão fundacional, que se tornou memória e fundo-sem-fundo, vir a ser consciência moral?», interroga-se na página 73. De facto, J. A. Mourão até pode compreender «o medo que desencadeia a ideia de análise» (p. 72), uma vez que se trata aí de uma dissolução. Mas a tibieza, essa não é compreensível para si. Os tíbios aborrecem-no e vomita-os. Concorda assim com o diagnóstico de Michel de Certeau: «As convicções tornam-se moles, perdem os seus contornos e vamos encontrá-las na linguagem comum de um exotismo mental, numa *koiné* de ficção; as convicções acumulam-se na região em que se diz o que já se não faz, onde se teatralizam os quesitos que deixaram de ser pensáveis, onde se misturam as 'necessidades' variadas, ainda irredutíveis, mas completamente desprovidas de representações credíveis» (p. 156).

Falava Certeau da alma que desertou das convicções. J. A. Mourão faz seu o diagnóstico de Certeau, assumindo-o como uma recusa deste momento sofista e pagão, deste mundo fechado, que é o do abandono de todos os critérios de juízo último. Contra a indiferença, o homem de convicção faz pois confiança a uma abertura, a qual, glosando Derrida, é para ser lida «simultaneamente no sentido de sistema não fechado, de abertura deixada à liberdade do outro, e de abertura do convite feito ao outro» (p. 160).

Acolhendo a sugestão que me é dada pela figura da abertura, concluo o meu ponto de vista com uma última interrogação: Que outro interesse tem J. A. Mourão em frequentar analiticamente Vergílio Ferreira, Gabriela Llansol, Ângelo Monteiro, Herberto Helder, Torga, Saramago, Celan e Duras, além do facto de «eles exprimirem todos, a seu modo, esta paixão comum da passagem infinita para um algures e um outro» (p. 111), enquanto nos dão o presente como um enigma?